

## DESENVOLVENDO UMA DOCTRINA DE AUTOPROTEÇÃO

Autoproteção é um comportamento adotado pelo cidadão, que inclui na sua rotina diária uma série de cautelas e uma atitude solidária em relação aos seus semelhantes, de maneira a aumentar sua segurança e potencializar sua capacidade de prevenção contra o crime e de defesa contra os criminosos.

Ela não significa que as pessoas devam sair pelas ruas à caça de bandidos, fazendo o papel da polícia. Nem de longe deve ser entendida como a transferência da responsabilidade do Estado para o cidadão, pois cabe à polícia a tarefa de prevenir e reprimir o crime.

Também não significa que nós devamos abdicar de nosso direito de viver uma vida saudável, mudando radicalmente o modo de vida a ponto de sufocar a própria liberdade, subordinando-a a uma paranóica rotina de procedimentos que visem à segurança.

Uma doutrina de autoproteção envolve, assim, tanto medidas individuais como um comportamento coletivo.

Como medida individual, ela significa a incorporação de recomendações de segurança à rotina do dia-a-dia, tais como não deixar luzes internas da casa acesas quando estiver viajando, ou não acumular jornais e correspondências na porta.

Cada uma dessas recomendações, que constam normalmente de folhetos distribuídos pela polícia, mas que podem ser colhidas em consultas feitas às unidades policiais locais ou consolidadas pelos conselhos comunitários, pode parecer elementar, mas é o conjunto delas que dá consistência a um comportamento de autoproteção, que dificulta a ação dos delinqüentes.

Apesar de não ser necessária a incorporação de todas as recomendações, é evidente que quanto maior for a cautela, menor será o espaço do delinqüente.

Como comportamento coletivo, ela significa a interação entre as pessoas, de modo a desenvolver o espírito de solidariedade comunitária, que potencializa a capacidade dos indivíduos.

Nesse sentido, a autoproteção inclui medidas como o estabelecimento de códigos entre vizinhos, a presença dos pais em atividades extra-curriculares nas escolas de seus filhos, ou a participação nos conselhos comunitários de segurança e outros projetos de polícia comunitária.

As cidades pertencem aos cidadãos, e os bandidos devem ter a sensação de que atrás de cada janela há alguém observando.